

O PAPEL DAS AUTARQUIAS NA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Miguel Semedo, estudante de Doutorado em Ciências Marinhas

Aderente 10088, Porto

O aquecimento global e as alterações climáticas têm consequências devastadoras em populações de todo o mundo, sobretudo para as classes mais desfavorecidas. Só a redução significativa da emissão de gases com efeito estufa (GEE) poderá abrandar o aquecimento global e evitar as suas consequências. Este objetivo é uma emergência global.

A redução das emissões de GEE, onde se inclui o dióxido de carbono, o metano e o óxido nitroso terá de ser feita em duas dimensões que devem ocorrer simultaneamente. A primeira dimensão, talvez a mais importante mas também a mais difícil, é a dimensão internacional. Nesta dimensão, uma reformulação dos tratados de comércio internacional que vá de encontro aos objetivos ambientais e não dos interesses financeiros e do grande capital deve ser uma prioridade. A segunda dimensão, que não está dissociada da primeira, é a dimensão regional, de cada continente, de cada país, e de cada localidade.

O que pode fazer cada instituição de governo local para que se reduzam as emissões de GEE? É sobre esta dimensão que o Bloco deve apresentar políticas nas próximas eleições autárquicas. Este contributo ambiciona propor um conjunto de medidas a ser debatidas, e possivelmente incorporadas nos programas autárquicos nacionais.

Torna-se conveniente diferenciar as políticas para os centros urbanos das para as zonas rurais. Este contributo concentra-se nas primeiras, contudo é importante ter em conta que nas zonas rurais muito pode ser feito para promover a sustentabilidade ambiental e a redução da emissão de GEE. Dois exemplos disso serão uma gestão eficiente dos níveis de fertilizante aplicado em solos agrícolas e o impedimento ativo de qualquer tentativa de prospecção ou exploração de combustíveis fósseis em território nacional.

Nas cidades, os transportes e a mobilidade têm de estar no centro de políticas ambientalistas que reduzam a emissão de GEE. Medidas de impacto significativo serão sempre as que promovam a troca do transporte privado pelo transporte público, tais como a redução do preço dos passes, o aumento da frequência de carreiras e o alargamento das redes. Dentro dos transportes, outras medidas devem ser aplicadas, como a colocação de eixos de transporte de bicicletas nos autocarros, promovendo assim o uso simultâneo da bicicleta e do transporte público.

Para além do investimento nos transportes públicos, as cidades devem também promover e alargar a utilização da energia solar como alternativa à energia proveniente dos combustíveis fósseis. A colocação de painéis solares em edifícios públicos e a introdução de desconto no IMI para a colocação de painéis solares em tetos de edifícios privados são medidas que permitiriam uma rede energética mais sustentável, ainda mais se estas infraestruturas fossem concebidas e construídas em território nacional.

O desenvolvimento tecnológico das estações de tratamento de água deve também ser uma prioridade autárquica. Uma possibilidade seria a instalação de tratamentos teste, como os designados reatores “anammox” (do inglês *anaerobic ammonium oxidation*), que podem reduzir significativamente o custo energético do tratamento de águas, com a consequente redução de emissões de GEE. Este tipo de reatores têm a vantagem de não produzir óxido

nitroso, um potente GEE emitido nos reatores “tradicionais” em estações de tratamento de água correntes.

Tanto as medidas ao nível dos transportes, como da energia solar e das estações de tratamento de água, devem ser acompanhadas de estudos em conjunto com as universidades e politécnicos locais. As autarquias e áreas metropolitanas devem financiar e formular projetos ambientais com as instituições locais, de forma a estudar os hábitos de transporte dos cidadãos, calcular os valores das emissões de GEE, e estimar o impacto de medidas como as mencionadas. Só assim, as cidades poderão aplicar medidas eficazes para a redução das emissões de GEE e tornarem-se efetivamente promotoras de sustentabilidade ambiental.

Importa também dizer que as medidas sugeridas neste contributo só serão possíveis com o controlo público dos transportes, do planeamento urbano, e das águas municipais. Só dessa forma, os governos locais serão capazes de promover políticas que não se enquadrem na lógica do lucro privado, imediato e extrativo que domina os mercados.